

RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.898 - PR (2019/0170198-9)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **ELZA CORDEIRO RODRIGUES**
RECORRENTE : **ISOLINA BILINATO LIMA**
RECORRENTE : **LUCIA MARIA MARTINS GOMES**
RECORRENTE : **MARIA SERAFIM CORDEIRO**
RECORRENTE : **ODETE ROSA DE BRITO DA SILVA**
RECORRENTE : **ORELINO RODRIGUES**
RECORRENTE : **SONIA DA GLORIA RIBEIRO**
ADVOGADOS : **LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**
 CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668
 RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES - PR036728
 JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO E OUTRO(S) - PR040357
 SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
RECORRIDO : **CAIXA SEGURADORA S/A**
ADVOGADOS : **MILTON LUIZ CLEVE KUSTER E OUTRO(S) - PR007919**
 GLAUCO IWERSSEN - PR021582
 LEONARDO LEAL BEZERRA CAVALCANTI - PE025815
 ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. SUSPENSÃO DO PROCESSO NOS TERMOS DO RESP 1.639.480/PR SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. MULTA DO ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC/15. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões de recurso especial, os recorrentes alegam violação do artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil, sustentando que o agravo interno - em cujo julgamento culminou a aplicação da multa ora impugnada - fora interposto contra decisão que indeferiu o pedido de prosseguimento do feito, com base no artigo 1.037, § 9º, do CPC/2015.

Merece reforma o acórdão recorrido.

Com efeito, o Tribunal paranaense, ao aplicar a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil atual sem esclarecer as razões pelas quais a parte

agravante deveria ser penalizada, divergiu do entendimento desta Corte, segundo o qual a imposição da sanção processual não pode ser entendida como decorrência lógica do não provimento do agravo interno, ainda que isso se dê em votação unânime, devendo-se analisar cada caso, em decisão fundamentada. Para autorizar a condenação ao pagamento da penalidade, é preciso que o agravo interno se mostre manifestamente inadmissível, descabido, ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO CONHECIDO APENAS NO CAPÍTULO IMPUGNADO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA APRECIADOS À LUZ DO CPC/73. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. PARADIGMAS QUE EXAMINARAM O MÉRITO DA DEMANDA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, merece ser conhecido o agravo interno tão somente em relação aos capítulos impugnados da decisão agravada.
2. Não fica caracterizada a divergência jurisprudencial entre acórdão que aplica regra técnica de conhecimento e outro que decide o mérito da controvérsia.
3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não ocorreu na hipótese examinada.
4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão,

Superior Tribunal de Justiça

improvido.

(AgInt nos EREsp 1120356/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 29/08/2016)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a multa.
Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora